



Senado aprova Política Nacional de Incentivo ao Café de Qualidade

Proposta tem por objetivo melhorar o padrão do grão com estímulo à produção, industrialização e comercialização de categorias superiores do produto. Presidente da Casa, Davi Alcolumbre anunciou que novo Código Comercial será votado na próxima semana

O Plenário aprovou ontem projeto que cria a Política Nacional de Incentivo ao Café de Qualidade. A proposta, que volta à Câmara por ter sido modificada no Senado, busca elevar o padrão de qualidade do café brasileiro por meio do estímulo à produção, industrialização e comercialização de cafés de categorias superiores.

Na sessão de ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a Casa deverá votar o projeto do novo Código Comercial na próxima semana. **3**



Davi Alcolumbre comanda a sessão entre Simone Tebet, Cid Gomes e Fernando Bezerra Coelho

Jefferson Rudy/Agência Senado

Reforma da Previdência será debatida em sessão temática

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou ontem, após a reunião de líderes, que fará uma sessão temática para debater a reforma da Previdência em setembro. O objetivo, segundo ele, é abrir o debate para a participação de todos os senadores.

Acordo firmado na reunião fixou a data de 10 de outubro para a votação final da proposta em Plenário. Mas o líder da Minoria, Randolfe Rodrigues, afirmou que a oposição exige um prazo mínimo de 70 dias para a apreciação do texto.

Outro acordo firmado entre os líderes definiu que proposições relacionadas ao pacto federativo vão tramitar paralelamente à reforma da Previdência. **3**

Falta consenso sobre subsídio de energia para irrigação

Marcos Oliveira/Agência Senado



Debate sobre o projeto que amplia para 24 horas por dia o subsídio da tarifa de energia para irrigação na agricultura familiar mostrou que a questão não está pacificada entre governo e produtores. Para o Ministério da Economia, a ampliação do desconto pode causar distorções no setor elétrico, enquanto a Confederação da Agricultura e Pecuária diz que estimular a irrigação é importante para a competitividade do país. **4**

Senador Heize lamenta que Brasil tenha área irrigada muito menor que países como Índia e China

Venda de ativos e política de preços da Petrobras são alvo de crítica em debate

Em debate na Comissão de Infraestrutura com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, senadores questionaram o processo de desinvestimento com venda de ativos da empresa e a política de preços com paridade internacional. Castello Branco argumentou que a Petrobras está tentando diminuir sua dívida, decorrente, segundo ele, de corrupção e má gestão. **4**

Aprovados nomes para embaixadas do Brasil no Catar, Grécia e Romênia

O Plenário aprovou ontem os indicados para assumir as representações diplomáticas brasileiras em três países. Luiz Alberto Figueiredo Machado assumirá a embaixada no Catar. Roberto Abdalla será embaixador na Grécia. Já Maria Laura da Rocha, atual representante na Hungria, assumirá a embaixada na Romênia. Os nomes serão comunicados agora à Presidência da República. **3**

Prazo para repor peças deve ser maior, afirmam debatedores

Direitos do Código de Defesa do Consumidor foram debatidos na Comissão de Fiscalização e Controle. O assunto foi o projeto

de lei que dá prazo de 30 dias para reexecução sem custo de serviço prestado de forma defeituosa ou sem qualidade. **3**



Rodrigo Cunha fala ao lado de Adhemar Fujii, representante das indústrias de seguros

Geraldo Magela/Agência Senado

MP da Liberdade Econômica tira direitos trabalhistas, aponta audiência

Tema de audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos, a Medida Provisória da Liberdade Econômica recebeu críticas dos debatedores.

Para eles, o texto soma-se a um conjunto de reformas destinado a reduzir os direitos dos trabalhadores. Especialistas também contestaram a constitucionalidade da medida. O encontro foi presidido pelo senador Paulo Paim. **4**

Pacto federativo será pauta do Senado, garante Davi

Em reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, presidente da Casa levou ideias sobre novo acordo que possa alinhar interesses de União, estados e municípios. Previdência também foi debatida

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, se reuniu ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar do pacto federativo e da reforma da Previdência.

Davi disse que levou a Guedes ideias sobre um novo pacto que possa alinhar interesses e necessidades de União, estados e municípios. Segundo o presidente do Senado, esse debate é aguardado há muitos anos pela sociedade, pois atribuições legais foram transferidas para prefeituras sem os repasses de recursos correspondentes por parte do governo federal. Para Davi, é evidente que estados e municípios precisam de mais recursos.



Para Davi, é evidente que estados e municípios precisam de recursos

— Vamos cumprir um acordo construído com prefeitos e governadores — disse.

Davi explicou que serão apresentadas quatro ou cinco propostas de emenda à Constituição (PECs) que irão tratar de temas como descen-

tralização e desvinculação de recursos, repasse de recursos do petróleo, pagamento de dívidas com estados exportadores, possível fim da Lei Kandir (Lei complementar 87, de 1996) e tributação estadual sobre exportação.

— As PECs do novo pacto federativo serão a pauta do Senado, que é a Casa da Federação — afirmou.

Davi também informou Guedes que já houve uma reunião sobre a reforma da Previdência (PEC 6/2019) com a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senadora Simone Tebet (MDB-MS), e com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator da proposta.

Mobilização garante direitos, afirma Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) destacou ontem a importância da mobilização popular na luta por direitos sociais. Segundo ele, a maior conquista foi a Constituição de 1988, que só foi possível por causa da luta dos constituintes e dos movimentos sociais. Para o senador, o que parecia um sonho, hoje é uma realidade. Ele lembrou, “aos ditadores de plantão”, que sua geração derrubou os militares.

— Com mobilização, deixaremos para trás este governo Bolsonaro que aí está.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lasier apresenta grupo Muda Senado, Muda Brasil

Lasier Martins (Podemos-RS) apresentou em Plenário o grupo Muda Senado, Muda Brasil. Formado por 16 parlamentares, o grupo tem o objetivo de dar visibilidade a temas de grande repercussão nacional. A primeira pauta, disse Lasier, é garantir que o pedido de impeachment do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, seja discutido pela Casa. A possível abertura da CPI dos Tribunais Superiores é outro ponto que deve ser debatido pelo grupo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim pede rejeição da MP da Liberdade Econômica

Paulo Paim (PT-RS) apresentou em Plenário a Carta de São Paulo, documento assinado por diversas entidades que pede ao Congresso a rejeição da Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), que traz mudanças nas regras trabalhistas.

Conforme Paim, representantes da Defensoria Pública e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) afirmam no documento que a MP ataca a Constituição e a CLT.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kajuru critica corte de recursos para escolas e pesquisa

Jorge Kajuru (Patriota-GO) tornou a criticar ontem, em Plenário, o contingenciamento e o corte de recursos das áreas de educação e pesquisa, anunciados pelo governo federal.

Na opinião do senador, é contraditório o país promover o maior evento científico da América Latina — a 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em julho, em Mato Grosso do Sul — ao mesmo tempo em que universidades interrompem pesquisas por falta de orçamento.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto destaca manifestações por educação pública

Humberto Costa (PT-PE) destacou as manifestações populares realizadas em várias cidades do país em defesa da educação pública.

De acordo com o senador, os protestos denunciam o que chamou de acelerado desmonte do setor ocasionado pela gestão “desastrosa e bizarra” de Jair Bolsonaro.

— O Enem, um dos mais importantes exames do país, está há quase seis meses sem coordenador. O Fies e o Prouni perderam totalmente a relevância na inserção de jovens nas universidades, principalmente os mais pobres — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDR Pesca**
9h Audiência sobre políticas públicas para o desenvolvimento da pesca.
- CRE Dois embaixadores**
9h Sabatinas para as representações na Bulgária e na Hungria.
- CAS Isenção de IR a residentes**
9h30 Entre 11 itens, o PL 2.182/2019, que isenta de Imposto de Renda bolsas de residentes multiprofissionais de saúde.
- CCJ Segurança bancária**
10h A PEC 8/2018, sobre a federalização da segurança bancária, é um dos 31 itens.
- CCT Avaliação de política pública**
10h Análise do plano de trabalho para avaliação de política pública no exercício de 2019. Depois pauta de 4 itens.
- CAS Síndrome do X frágil**
10h30 Audiência para debater a síndrome do X frágil. Entre os convidados, estão o médico geneticista Rui Pilotto, o pesquisador Roberto Herai, da PUC-PR, e a psicóloga Luz Maria Romero.
- CDH Previdência Social**
11h Audiência sobre a defesa da Previdência Social.
- CRA/CMA Gás de xisto**
11h Audiência conjunta sobre o uso da técnica do fraturamento hidráulico para exploração do gás de xisto.
- CI Portabilidade da conta de luz**
13h Audiência para discutir o PLS 232/2016, que permite a portabilidade da conta de luz.
- CMA Travessia para praias e cachoeiras**
14h Entre 17 itens, o PLC 74/2017, que regulamenta travessia por propriedade privada para chegar a praias e cachoeiras.
- CMO Reunião**
14h Reunião do colegiado de líderes.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Está na pauta o PLC 153/2017, sobre a identidade profissional de radialista
- ESPORTE Plano nacional**
14h Audiência para debater o Plano Nacional de Esporte.
- CMCVM Instalação e eleição**
14h30 Instalação e eleição de presidente e vice.
- MP 886/2019 Estrutura do governo**
14h30 Instalação e eleição da comissão mista.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁPIDAS

SEGUE PARA CÂMARA MP QUE TRATA DE BENS DO TRÁFICO

Segue para o Plenário da Câmara dos Deputados a MP 885/2019, que agiliza liberação de bens apreendidos do tráfico. O relatório foi aprovado ontem pela comissão mista que analisa o texto.

APROVADA AUTORIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA MS

O Plenário autorizou o governo de Mato Grosso do Sul a contratar empréstimo de US\$ 47,7 milhões para financiamento da modernização da gestão fiscal. Pela manhã, o texto foi aprovado pela CAE.

PEC DA ACESSIBILIDADE PASSA POR 1ª SESSÃO DE DISCUSSÃO

A PEC 19/2014, que inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais, passou ontem pela primeira sessão de discussão em primeiro turno no Plenário.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, do Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário aprova Política Nacional de Incentivo ao Café de Qualidade

Projeto, que volta à Câmara, busca aumentar o padrão do grão brasileiro com o estímulo à produção, industrialização e comercialização

O SENADO APROVOU ontem a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade. O PLC 41/2017 busca elevar o padrão de qualidade do café brasileiro por meio do estímulo à produção, industrialização e comercialização de cafés de categorias superiores. Modificado no Senado, o texto retornará para análise da Câmara.

Durante a sessão, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, anunciou que o projeto do novo Código Comercial deve ser votado pelo Plenário na próxima semana. Elaborado por um grupo de juristas e apresentado pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), o PLS 487/2013 disciplina a organização e a exploração de



Rose de Freitas e Antonio Anastasia são de estados produtores de café

empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

Crédito

Projeto do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), a política de incentivo ao café prevê

crédito rural para produção, industrialização e comercialização, além de pesquisa agrícola e de desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e extensão rural. O texto também trata de seguro rural e certificações de origem, social

e de qualidade dos produtos.

Representante do estado que mais produz café no país, Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que melhorar a qualidade do café pode dar mais valor à produção. Já Rose de Freitas (Podemos-ES) deu o exemplo do Espírito Santo, segundo maior produtor do Brasil.

— A instituição de uma política semelhante no Espírito Santo melhorou muito a qualidade do café no meu estado. Todo mundo via café de uma forma generalizada, uniforme, e quem produzia café com técnicas diferenciadas para que pudesse competir no mercado do café de qualidade não tinha esse reconhecimento. Essa política é o verdadeiro incentivo à produção do café — disse.

Confúcio registra Programa Atleta do Ideb em RO

Confúcio Moura (MDB-RO) destacou ontem o lançamento, em Itapuã do Oeste (RO), do Dia D da Educação, no sábado, 10 de agosto. Nesse dia, explicou, foi instituído também o Programa Atleta do Ideb.

— Com doações de parceiros locais, as crianças receberam uniformes iguais aos de atletas olímpicos, porque a prova do Ideb é uma olimpíada de matemática e de língua portuguesa. E por causa delas os professores vão intensificar o aprendizado, fazer simulados, para que possam obter uma boa nota — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senado fará sessão temática em setembro para debater reforma



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou ontem que o Plenário fará uma sessão temática para debater a reforma da Previdência (PEC 6/2019) no dia 10 de setembro.

— Vamos passar o dia ouvindo especialistas em relação à proposta. Estamos levando o debate para o Plenário para que todos os senadores possam participar — afirmou Davi após a reunião de líderes.

Segundo a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet

(MDB-MS), a reforma deve ser aprovada no Senado até 10 de outubro. Agosto será destinado a audiências e apresentação de emendas. A previsão é de que o relatório da proposta, a cargo de Tasso Jereissati (PSDB-CE), seja lido em 28 de agosto. A votação na CCJ deverá ocorrer na primeira semana de setembro. Em 10 de setembro, a PEC deve chegar a Plenário.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que o calendário de tramitação foi acertado pela maioria dos líderes. Para ele, a reforma terá entre 56 a 60



Simone, Randolfe, Otto e Bezerra: reforma foi tema da reunião de líderes

votos a favor.

— Não vamos permitir nenhuma desidratação no texto que saiu da Câmara — disse.

O líder da Minoria, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou

que a oposição exige um prazo mínimo de 70 dias para discussão e votação do texto. O senador disse esperar um “prazo razoável de tramitação”.

— O Senado é Casa revisora do processo legislativo. Não pode abrir mão desse papel, não pode ser um carimbador de uma proposta tão delicada e que mexe com temas tão controversos — alertou.

Randolfe acrescentou que ainda não está trabalhando com a possibilidade de uma PEC paralela para tratar de assuntos que não estão no texto principal da reforma. Ele disse que, por enquanto, a oposição trabalha para promover alterações no texto atual que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Senado tem que atuar na reforma, diz Zenaide Maia

Zenaide Maia (Pros-RN) disse ontem que o Senado não pode só “carimbar” a reforma da Previdência (PEC 6/2019), acatando-a da forma como foi aprovada na Câmara dos Deputados. Entre os pontos de discordância citados por ela, está o cálculo da renda familiar para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além de questionar a inclusão desse dispositivo na Constituição, a senadora defendeu o aumento da renda per capita para que as famílias possam se manter como beneficiárias.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Amin quer aperfeiçoar regra para mineradores

Esperidião Amin (PP-SC) disse que o Senado tem a responsabilidade de aperfeiçoar e retirar equívocos da reforma da Previdência. Para ele, os senadores não podem apenas referendar o que veio da Câmara. Ele defendeu a alteração, por exemplo, das regras para mineradores.

— Há uma dúvida hoje se a PEC cobre ou não a situação dos trabalhadores de subsolo, porque há uma contradição: a idade mínima é 55 anos, mas pela CLT ninguém pode trabalhar no subsolo depois dos 50 — alertou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pacto federativo pode tramitar junto com a Previdência

O senador Otto Alencar (PSD-BA) informou ontem, após a reunião de líderes, que foi feito um acordo para que proposições relacionadas ao pacto federativo tramitem paralelamente à reforma da Previdência.

Segundo ele, o acordo foi costurado pelo presidente Davi Alcolumbre com os líderes do governo no Senado,

Fernando Bezerra Coelho, e na Câmara dos Deputados, Joice Hasselmann (PSL-SP). Bezerra informou que, na terça-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, virá ao Senado para apresentar as propostas do governo sobre o pacto federativo.

Segundo Otto, serão apresentadas três propostas de emenda à Constituição para

tratar de temas como Fundo Social, fim da Lei Kandir e dilação do prazo até 2028 para os estados pagarem os precatórios. Outro tema do pacto já está tramitando no Senado como a PEC da Cessão Onerosa (PEC 78/2019). Também deverá ser apresentado um projeto para estabelecer o pagamento de R\$ 4 bilhões aos estados.

Aprovados nomes para embaixadas no Catar, Grécia e Romênia

O Plenário aprovou ontem as indicações de três embaixadores. Luiz Alberto Figueiredo Machado assumirá a embaixada no Catar, Roberto Abdalla teve o nome aprovado para a representação na Grécia, enquanto Maria Laura da Rocha assumirá a embaixada na Romênia. As aprovações serão comunicadas à Presidência da

República.

Luiz Alberto Figueiredo Machado é carioca, tem 64 anos e foi ministro das Relações Exteriores entre 2013 e 2014. Depois disso, atuou como embaixador em Washington e Lisboa. O relator da indicação foi Esperidião Amin (PP-SC).

Roberto Abdalla nasceu em Recife e tem 60 anos. Ingres-

sou no Instituto Rio Branco em 1983 e tornou-se ministro de primeira classe em 2014. Atuou como embaixador no Kuwait e no Catar. A indicação foi relatada por Zequinha Marinho (PSC-PA).

Atual embaixadora na Hungria, Maria Laura da Rocha atuou nas embaixadas de Roma (1981-1985 e 1992-

1995), Moscou (1985-1989) e Paris (2003-2008) e como delegada permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). A indicação foi relatada por Mara Gabrilli (PSDB-SP).

Vendas de ativos da Petrobras são criticadas

Em debate na Comissão de Infraestrutura, presidente da empresa foi questionado ainda por política de preços. Senadores também discutiram ontem portabilidade de contas de luz

O PROCESSO DE desinvestimento com venda de ativos que vem sendo conduzido pela Petrobras foi questionado por senadores da Comissão de Infraestrutura (CI) durante audiência com o presidente da companhia, Roberto Castello Branco. Também foi alvo de críticas a política de preços praticada pela empresa desde 2016, baseada no preço de paridade internacional (PPI), que teria elevado os custos ao setor produtivo e aos consumidores em geral.

Os senadores Jean Paul Prates (PT-RN), Eduardo Braga (MDB-AM) e Jaques Wagner (PT-BA) questionaram o fato de a Petrobras, voluntariamente, ter fechado um acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)



Presidente da comissão, Marcos Rogério ouve Roberto Castello Branco

visando à venda de refinarias. Para Jean Paul, a atual diretriz da Petrobras “vai na contramão do mercado internacional”, pois as grandes empresas do setor buscam controlar a cadeia produtiva “do poço ao posto”.

Eduardo Braga questionou o sentido de privatizar refinarias que estão no auge da sua capacidade de funcionamen-

to e com margens de lucro substanciais. Jaques Wagner também disse não ver sentido no fato de a companhia, na prática, ter assumido um crime perante o Cade sem qualquer conclusão investigativa que apontasse isso.

— O que a Petrobras está fazendo é como se o McDonald’s tivesse todas as lojas de *fast*

food numa cidade e resolvesse vender a metade para estimular a concorrência — criticou.

Kátia Abreu (PDT-TO) reclamou da política da Petrobras em relação ao QAV (querosene da aviação), hoje responsável por um terço do custo das passagens aéreas.

Corrupção

Castello Branco argumentou que a Petrobras foi vítima de esquemas de corrupção e má gestão durante anos, que resultaram num endividamento superior a US\$ 100 bilhões. Essa condição fiscal, disse o dirigente, também faz com que os custos de capital para a Petrobras sejam bem superiores aos verificados para as demais companhias. A venda dos ativos faz parte de uma

estratégia macro para reduzir o endividamento e atrair mais investimentos.

Ontem também, a CI debateu o PLS 232/2016, que prevê a portabilidade da conta de luz. De acordo com o presidente da CI e relator do projeto, senador Marcos Rogério (DEM-RO), a proposta é uma das mais importantes para a recuperação da economia. A expectativa do setor é de que o projeto seja aprovado até o fim do ano no Congresso.

Na reunião, foram ouvidos representantes dos produtores independentes, dos comercializadores, dos grandes consumidores, dos distribuidores e dos investidores em autoprodução de energia. Essa foi a primeira de uma série de audiências para avaliar o projeto.

Debatedores reprovam MP da Liberdade Econômica

Tema de audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a Medida Provisória da Liberdade Econômica recebeu críticas dos debatedores, que entendem que o texto soma-se a um conjunto de reformas destinado a reduzir os direitos dos trabalhadores.

Especialistas também contestaram a constitucionalidade da MP 881/2019, como o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle. Para ele, a MP não cumpre os requisitos de relevância e urgência exigidos pela Constituição e o texto, atualmente em discussão na Câmara, tornou-se um “frankenstein” depois da aceitação de emendas.

— É um absurdo a discussão da liberdade econômica em cima do lombo dos trabalhadores — protestou.

Segundo a diretora legislativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Viviane Faria, a MP viola a Constituição por buscar suprimir direitos que não deveriam estar sendo discutidos. Viviane também considera ilegais os termos da MP que excluem da proteção laboral os trabalhadores acima de 30 salários mínimos.

— A Constituição não faz qualquer distinção de nível salarial para a proteção trabalhista e não pode ser excluído da norma consolidada.

O procurador do trabalho Márcio Amazonas interpreta a MP como tentativa — classificada por ele de desleal, disfarçada e irresponsável — de promover uma nova reforma trabalhista atacando as instituições da República,

notadamente a independência do Ministério Público do Trabalho.

— Ainda não temos noção dos impactos positivos e negativos da primeira reforma trabalhista e estamos emendando uma reforma até mais grave

INSS

A CDH também debateu ontem a judicialização das concessões de benefícios pagos pelo INSS. Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que, somente em 2017, foram pagos R\$ 92 bilhões em benefícios mantidos por decisões judiciais. O tribunal também constatou que, em dezembro daquele ano, havia 3,8 milhões de benefícios judiciais (11,1%) na folha de pagamento da autarquia.

Tarifa reduzida para irrigação gera divergência

Participantes de debate ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) divergiram sobre o PL 661/2019, do senador Weverton (PDT-MA), que concede a agricultores familiares tarifa reduzida de energia para irrigação durante o dia inteiro, que hoje é aplicada das 21h30 às 6h.

Pelo Ministério da Economia, Fernanda Pereira afirmou que a ampliação do subsídio pode provocar distorção no setor elétrico. Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gustavo Goretti destacou a importância da irrigação, daí a necessidade do desconto.

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) lamentou o fato de o país possuir apenas 6 milhões de hectares irrigados, um décimo de Índia e China.

Também participaram representantes do Ministérios da Agricultura e de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Senadores defendem mais proteção ao consumidor

Aumentar a proteção na compra de produtos ou contratação de serviços. Essa é a intenção dos senadores da Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC), que ouviram ontem representantes do governo, das indústrias e dos seguros sobre projeto que busca regular a questão.

Apresentado por Davi Alcolumbre (DEM-AP), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 175/2015 estipula prazo máximo de 30 dias para reexecução sem custo de serviço prestado de forma defeituosa ou sem qualidade.

O representante da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Israel

Guratti, explicou que a lei deveria fazer uma distinção dos produtos e dos prazos de acordo com a vida útil e a vida tecnológica dos bens.

O texto é relatado pelo senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL). Caso aprovado, irá à Câmara, a não ser que haja recurso para votação no Plenário.

Plínio condena fala de Maia sobre a Zona Franca de Manaus

Plínio Valério (PSDB-AM) criticou declaração do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, veiculada na imprensa do Amazonas. Maia, afirmou o senador, disse que é preciso substituir a Zona Franca de Manaus por um novo modelo de desenvolvimento econômico.

— Eu pergunto ao deputado Rodrigo Maia: se ele me mostrar um modelo que seja econômico e ambiental, um modelo que dê mais de 100 mil empregos diretos, na hora vamos substituir o da Zona Franca de Manaus.

Leila elogia posição do Brasil no Pan-Americano de Lima

Leila Barros (PSB-DF) elogiou a participação dos 485 atletas brasileiros na 18ª edição dos Jogos Pan-Americanos realizados em Lima, de 26 de julho a 11 de agosto. A senadora destacou que, apesar de a delegação ter sido menor se comparada às últimas edições do evento, o Brasil voltou a ficar com a segunda posição no quadro geral de medalhas depois de 56 anos. Leila lembrou que foram conquistadas 171 medalhas, 14 a mais que a marca alcançada pelo país no Pan do Rio, em 2007. Segundo ela, trata-se da “maior eficiência de uma delegação nacional nos últimos quatro ciclos pan-americanos”.

Fundo Amazônia deve ser estadualizado, propõe Lucas Barreto

Lucas Barreto (PSD-AP) sugeriu em Plenário que o governo federal descentralize os recursos do Fundo Amazônia. Da forma como é gerido atualmente, estados como o Amapá quase nunca são alcançados pelos projetos mantidos ou financiados pelo fundo, disse o senador.

— Quero aqui fazer um pedido ao presidente Jair Bolsonaro: já é tempo de menos Brasília e mais Brasil. Vamos estadualizar esse fundo da Amazônia, utilizando parâmetros justos e lógicos — afirmou.

Marcha das Margaridas luta por igualdade, diz Fabiano Contarato

Fabiano Contarato (Rede-ES) destacou a Marcha das Margaridas, realizada ontem em Brasília. Lembrando a história da líder sindical paraibana Margarida Alves, assassinada em 1983, o senador criticou a desigualdade entre homens e mulheres.

— Essas mulheres, na Marcha das Margaridas, lutam por uma garantia que já está expressa na Constituição, quando diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; quando diz ainda que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Uma grande mentira! Uns são mais iguais que outros.